

LINGUAGEM E DISCURSO: DIÁLOGOS COM A GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

LANGUAGE AND DISCOURSE: DIALOGUES WITH SYSTEMIC FUNCTIONAL GRAMMAR

Fabiola Aparecida Sartin Dutra Parreira Almeida¹

The study of the language just might provide the key to understand ourselves. (Langaker, 1986)

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar concepções de linguagem na visão de alguns teóricos e também apresentar uma retrospectiva sobre os estudos linguísticos desde a antiguidade, destacando momentos relevantes no percurso dos estudos linguísticos. Apresenta também, um recorte para os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional, conceitos gerais e contribuições para os estudos discursivos. Tanto as concepções de linguagem quanto a parte que trata da LSF se complementam, pois ambas abordam aspectos distintivos da linguagem e contribuem para o estudo de problemas da linguagem nos mais variados contextos de produção.

Palavras-chave: Concepções de linguagem; Linguística Sistêmico-Funcional; análise do discurso.

Abstract: This article aims to present some language conceptions in the view of some theorists and also to present a retrospective on linguistic studies from antiquity, highlighting relevant moments in the course of linguistic studies. It also presents a clipping for the studies of Systemic-Functional Linguistics, general concepts and contributions to the discursive studies. Both the language conceptions and the part dealing with the LSF complement each other, since both deal with distinctive aspects of language and contribute to the study of language problems in the most varied contexts of production.

Keywords: Language conceptions; Systemic-Functional Linguistics; Discourse analysis.

Introdução

Este artigo contempla duas partes. A primeira apresenta concepções de linguagem, destacando os movimentos, as transformações, os resultados e as descobertas sobre ela, discussões que suscitaram a relação da linguagem com o homem que, por sua vez, ocupa seu papel de ser ativo, modificador e arquiteto da sua história. Com efeito, serão ressaltados trabalhos de alguns estudiosos do assunto.

¹ Professora adjunta da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL) e do PPGEL-Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – UFG/RC. Líder do GEPLAEL Email:fabiolasartin@gmail.com

Na segunda parte, faz um recorte para as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF), com sua concepção de linguagem, que por sua vez dialoga com os estudos apresentados. Contextualiza historicamente o percurso da LSF nos estudos discursivos uma vez que é abordagem teórico-metodológica utilizada em pesquisas em análise do discurso pelo GEPLAEL², no qual fazemos parte. As duas partes se completam e se complementam, pois para os estudiosos da linguagem, conhecer e refletir sobre os estudos iniciais realizados contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica e analítica acerca dos problemas de linguagem a serem investigados.

1. *A ciência da Linguagem*

Para Langacker (1986), um dentre vários estudiosos da linguagem, a importância da linguagem se deve ao fato de ela não apenas fazer parte do cotidiano das pessoas, mas também de fazer parte dos pensamentos, das relações entre as pessoas e também dos sonhos e perspectivas de vida.

O autor acrescenta que apesar de a linguagem fazer parte da intimidade das pessoas e, assim, ser tão relevante para a espécie humana é pouco entendida. As controvérsias a seu respeito e a existência de uma legião de seguidores de boa formação social e acadêmica se dedicam diuturnamente ao trabalho de explicitar e, quem sabe a decifrar os enigmas da linguagem. No entanto, ainda não foram capazes efetivamente de entendê-la em sua completude.

Segundo Bresson (1970) a linguagem não é um simples sistema de hábitos controlado por estímulos do meio ambiente, de fato, o que é adquirido é um sistema de regras que permite produzir e compreender enunciados novos. Dito de outra forma, trata-se de um conjunto de regras que permite gerar frases e transformá-las. O autor ainda acrescenta que o estudo genérico da linguagem nos incita a considerar que o estado terminal (enunciados) é a constituição desse sistema de regras, cuja gênese nos permite entender a sua organização.

Culioli (1997) assinala que a linguagem não é um instrumento, um implemento, um modo de comunicação. É, assim, um modo de pensamento, um sistema de representações entre outros sistemas de representações, que pode funcionar para propósitos comunicativos, pois, a linguagem é estável interindividualmente. De fato, ela é uma forma comunicável de pensamento, uma vez que um enunciado é organizado de modo a preservar o traço de

² Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da UFG-Regional Catalão

operações internas por meio de marcas externas. Ter ciência do poder que a linguagem exerce sobre o homem, influenciando a história de um povo, é essencial para o nosso trabalho, que envolve o processo de ensino e aprendizagem de língua.

Esse conhecimento sobre a linguagem, em nossa opinião, exercerá grande influência na prática pedagógica do professor, sobretudo, porque acreditamos que a maneira de ensinar e os procedimentos desenvolvidos na sala de aula apresentarão marcas desse estudo propiciando não só um ensino de qualidade, mas também uma oportunidade para que os alunos se envolvam como sujeitos ativos do seu aprendizado.

Para Benveniste (1995), a linguagem está na natureza do homem, que não foi responsável pela sua criação, não existe o homem dissociado da linguagem. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem se fundamenta na realidade do ser: é o homem falando com outro homem, e a linguagem ensinando a própria definição do homem.

Todas as características da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada são suficientes, segundo Benveniste, para tornar suspeita a assimilação linguagem-instrumento, que por sua vez tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. O posicionamento das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos é apenas uma consequência totalmente pragmática.

A linguagem é então a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e é na instância do discurso que ocorre a emergência da subjetividade. A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício do discurso se apropria referindo-se à sua pessoa “eu” e a um parceiro “tu” (BENVENISTE, 1995).

Considerando o exposto, cabe-nos reconhecer que o estudo da linguagem ainda demanda várias leituras e reflexões, no entanto, limitamo-nos apenas em conhecer a sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem de línguas, ressaltando o processo mental e abstrato de autoconhecimento do homem.

2. O homem e a linguagem nos tempos passados

Iniciaremos nosso estudo partindo do princípio de que a linguística possui um duplo objeto: a ciência da linguagem e a ciência das línguas. Na Antiguidade, na Grécia antiga, a linguagem

era definida como faculdade humana, característica universal, inata e imutável que se distinguia de línguas por serem essas sempre particulares e variáveis (BENVENISTE, 1995).

Segundo Lyons (1979), os estudos sobre as línguas eram mais filosóficos centrando-se na língua original e não na análise do seu funcionamento. Ainda na Grécia Antiga, havia uma preocupação em saber se as línguas eram de origem natural ou convencional.

As línguas de origem natural são aquelas que se baseavam em princípios eternos e imutáveis, fora do próprio homem e assim invioláveis. As de origem convencional, aquelas que se baseavam em uma “instituição”, como o resultado do costume e da tradição de um povo, um acordo fechado entre os membros da comunidade, contrato este que como era feito pelo homem podia por ele ser violado. As línguas assim pertenciam totalmente ao homem.

Esses dois posicionamentos foram muito bem ilustrados na obra *Crátilo* de Platão, na qual Hermógenes, um dos personagens, defende a tese convencionalista, e Crátilo, outro personagem, a do naturalismo. Pitágoras, um dos seguidores de Hermógenes, nessa obra defende que os nomes existiam por natureza, porque, segundo ele, é a alma, derivando do intelecto, que impõe os nomes às diversas realidades. A Alma daria os nomes segundo as diversas representações que ela tinha das coisas (NÉF, 1995).

Todos esses fenômenos põem em xeque a correspondência biunívoca entre as coisas e os nomes que o naturalismo defende, ademais, o mais importante talvez, seja o fato de que Crátilo se trata de um dos mais antigos atestados de uma teoria das relações semânticas. Platão, defensor do convencionalismo, expõe em Crátilo, a exatidão da denominação, a correção da relação entre as palavras e as coisas (NÉF, 1995, p.14):

Para compreender a doutrina platônica de linguagem, é preciso interpretar o sentido da palavra *logos*. O primeiro sentido de *logos* é reunião, coleção e não termo, palavra. É isso que explica a natureza da palavra *logos*, que pode designar uma relação matemática, um argumento, ao mesmo tempo em que o discurso ou a linguagem.

Embora Crátilo estabeleça implicitamente um programa de filosofia racional de linguagem, não é fácil explicitar esse programa, pois Platão confunde o leitor com uma controvérsia sobre a origem dos nomes, e é durante essa disputa que se pode distinguir o primeiro esboço de semântica platônica, que se fundamenta no conceito de nome ideal: “É que o nome é um instrumento de ensino e, em relação à realidade, um instrumento de desembaraçamento, como o é, em relação ao tecido, a lançadeira”¹ (PLATÃO Apud NÉF, 1995, p.15).

Segundo Platão, assim como o tecelão, além das lançadeiras particulares tem o olhar fixo na lançadeira ideal, também o artesão do ensino, o legislador primitivo da linguagem, tem o olhar fixo no nome ideal. Um artista de nomes, o mais raro dos artistas entre os homens. Com efeito, Platão estabelece uma analogia e propõe um tipo ideal. A analogia compara um modelo a um trabalho artesanal e um modelo a um nome, no ato de nomear uma coisa. O tipo ideal é o do legislador que, por sua vez, fixaria os nomes. Assim como o artesão que quer produzir um objeto deve, por um lado, ter seu modelo em mente, e por outro, escolher as ferramentas adequadas, também o legislador deve, por um lado, contemplar o nome ideal, e por outro, escolher o nome mais conveniente, em relação a esse nome ideal. O conceito de nome ideal (aquele que o legislador contempla) é solidário à teoria das formas.

Platão menciona a “forma do nome que pertence a cada coisa”. Essa ideia é o que permite superar as diferenças de denominação de língua para língua (NÉF, 1995, p. 16).

A base dessa discussão era efetivamente distinguir uma relação entre o significado e a forma da palavra, a relação (significado-palavra), era a de dar nome às palavras, pois inicialmente essas eram imitativas das coisas que elas nomeavam, por exemplo, as palavras onomatopaicas.

Continuando o nosso percurso, Lyons informa que a partir do século II a.C., a discussão entre os naturalistas (defendiam a língua de origem natural) e os convencionalistas (defendiam a língua de origem convencional), se intensificou no intuito de investigar a regularidade da língua.

Aqueles que sustentavam que a língua era essencialmente sistemática e regular eram chamados "analogistas". Eles se esforçavam em estabelecer vários modelos com os quais se podiam classificar as palavras regulares das línguas. Com efeito, eles não negavam a existência de regularidades na formação das palavras, mas apontavam os inúmeros casos de palavras irregulares cuja formação, razões de analogia nada valiam.

Os analogistas também sustentavam que a língua, produto da natureza, era apenas em parte suscetível a uma descrição sob padrões analógicos de formação e que se deveria enfatizar o seu "uso", por mais "irracional" que este pudesse ser. Neste sentido, os analogistas tentavam corrigir qualquer aparente anomalia, do que mudar suas ideias acerca da natureza das línguas.

A irregularidade da língua desde essa época já era percebida pelos estudiosos, a linguagem vem efetivamente explicar e ressaltar que só existem irregularidades, problemas, mal-entendidos e que, segundo Culioli, cabe ao linguista e aos estudiosos da língua, em geral,

entender e explicitar essas deformidades linguísticas, bem como a invariância. Por outro lado, os anomalistas defendiam a irregularidade das línguas e se interessavam pelo problema filosófico da linguagem, pela lógica e pela retórica. Um dos seus representantes, os estoicos, embasados nos seus estudos sobre etimologia, efetivaram os fundamentos da gramática tradicional.

Os estoicos comparavam a filosofia a um ovo: a casca é a lógica, a clara é a moral, e a gema, exatamente no centro é a física. Essa imagem mostra que, para os estoicos, a lógica era apenas uma propedêutica à ética e à física e que o coração da filosofia é o conhecimento científico da realidade (NÉF, 1995).

Segundo Lyons (1979), no período Alexandrino, as gramáticas eram escritas pelos helenistas, que combinavam a intenção de estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos com o desejo de preservar o grego da corrupção por parte dos ignorantes ou iletrados. Essa abordagem do estudo da língua cultivada pelo classicismo alexandrino envolvia dois erros fatais: o primeiro dizia respeito à relação entre língua escrita e falada e o segundo dizia respeito à maneira como a língua evoluía.

O interesse da linguística grega era pela língua escrita, a língua dos escritores do século V a.C. que era considerada mais correta do que a fala coloquial do seu tempo. Eles acreditavam que a pureza de uma língua era mantida pelo uso restrito apenas às pessoas cultas.

No período romano, a aristocracia adotou com entusiasmo a cultura e os métodos gregos de educação, porém, a controvérsia entre os analogistas e anomalistas continuava presente. Organizou-se também nesse período uma gramática latina padrão que como a de Dionísio se compunha de três partes: a primeira definia a gramática como a arte de falar corretamente e de compreender os poetas, tratando também das letras e das sílabas; a segunda parte tratava das “partes do discurso” dando com detalhes as variações que essas partes sofriam segundo o tempo, o gênero, o número, o caso, etc.

Em relação às “partes do discurso”, os gramáticos latinos introduziram só algumas pequenas modificações quanto às diferenças que eles observavam entre o grego e o latim. O fato das duas línguas serem bastante parecidas, em sua estrutura geral, fez com eles pensassem existir categorias gramaticais que eram categorias linguísticas universais e necessárias.

Posteriormente a esse período, as gramáticas de Donato (400 A.D.) e Prisciano (500 A.D.) foram feitas para serem usadas como manuais de ensino durante a Idade Média e até

mais tarde no século. XVII. Essas gramáticas não descreviam a língua do seu tempo, mas a dos “melhores escritores”, especialmente Cícero e Virgílio, perpetuando, assim, o erro clássico na abordagem da descrição linguística.

No período medieval, o latim ocupava lugar importante no sistema educacional, ele era considerado a língua da liturgia e das escrituras e também a língua universal da diplomacia, da erudição e da cultura.

No século XII houve o florescimento cultural em todos os campos, foi assim, o período das grandes escolásticas, que sob influência de Aristóteles e de outros filósofos tentaram reduzir todas as ciências, inclusive a Gramática, a uma série de proposições cuja verdade poderia ser demonstrada por dedução, partindo dos primeiros princípios.

Os filósofos escolásticos, como os estoicos, se interessavam pela língua como instrumento para analisarem a estrutura da realidade, por essa razão, davam importância à questão do significado, ou da significação.

Os Modistas, como eram chamados os gramáticos desse período, procuravam derivar as categorias gramaticais da Lógica, da Epistemologia e da Metafísica. Partiam dos mesmos princípios gerais, considerando as categorias gramaticais encontradas nas obras de Donato e de Prisciano. Porém a crítica dos Modistas a esses autores não se referia ao fato de eles descreverem de forma imprecisa os fatos da gramática latina, mas sim por eles não as terem explicado cientificamente ou deduzido suas causas.

Desta forma, a gramática científica ou especulativa se incumbia de descobrir os princípios pelos quais a palavra, como um signo, relacionava-se de um lado à inteligência humana e de outro à coisa que ela representava ou significava.

Segundo os gramáticos especulativos, a palavra não representava diretamente a natureza da coisa significada; representava-a como existente de uma determinada maneira, ou modo, e o fazia tomando as formas correspondentes da correspondente parte do discurso. Assim, a gramática era uma teoria filosófica das partes do discurso e dos seus “modos de significação” característicos. Com efeito, a língua era vista como um “espelho” que refletia a realidade subjacente aos fenômenos do mundo físico.

Esclarecendo um pouco mais, Lyons (1979) contribui dizendo que na Renascença, os humanistas ridicularizavam a língua dos escolásticos em razão do seu estilo bárbaro e tomaram Cícero como modelo de estilo latino e também seu ideal de humanismo. Para eles a literatura da Antiguidade clássica era a fonte de todos os valores civilizados. Novamente, a

gramática tornou-se uma ajuda para a compreensão da literatura e para escrever um “bom” latim.

As línguas vernáculas da Europa começaram a chamar a atenção dos estudiosos mesmo antes da Renascença e com a Renascença, com *De Vulgari Eloquentia*, de Dante, o interesse pelas línguas vernáculas desenvolveu-se enormemente; muitas gramáticas foram então escritas.

A língua na Renascença, ainda era a língua da literatura, e esta continuou a ser a obra dos “melhores autores”. Com efeito, o estudo da gramática nos departamentos de línguas das escolas e universidades tende ainda para o estilo clássico. Os ideais da gramática especulativa foram revividos na França no século XVII pelos mestres de Port-Royal, e em 1660 publicaram a *Grammaire Générale et Raisonné* com o objetivo de demonstrar que a estrutura da língua era um produto da razão e que as diferentes línguas são apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral.

Outro fato relevante foi a influência considerável da tradição hindu no desenvolvimento das teorias linguísticas modernas, essa tradição não é só independente da greco-romana como também a mais antiga, diversa nas suas manifestações e em certos aspectos, superior nos resultados. O maior gramático hindu foi Pānini (século IV a.C.).

Em dois pontos devemos considerar o trabalho linguístico hindu superior à gramática tradicional do ocidente: primeiro, na fonética, e segundo, no estudo da estrutura interna das palavras. Eles pareciam ter-se originado da necessidade de preservar intactos não só o texto, mas também a pronúncia dos hinos védicos, cuja recitação precisa e acurada é julgada como essencial para a sua eficácia no ritual hindu.

Outro aspecto que sobressai é a classificação mais detalhada dos sons da fala feita pelos gramáticos hindus firmemente baseada na observação e na experiência do que em qualquer outra realizada na Europa, ou em qualquer outra parte. Em sua análise em relação às palavras, os gramáticos hindus foram bem além daquilo que se poderia julgar necessário ao seu objetivo original, isto é, preservar a língua dos textos sagrados.

A gramática de Pānini não tratava especificamente da língua dos hinos védicos³, mas da língua da sua época. Ela tem sido apresentada como muito superior a qualquer gramática que já tinha sido escrita sobre qualquer língua. A parte principal dessa gramática, que é uma obra altamente técnica e cuja interpretação só é possível com o auxílio dos comentários dos seus

³ Relativo ou pertencente aos Vedas: conjunto de textos sagrados, hinos laudatórios, formas sacrificiais, etc. que constituem o fundamento da tradução religiosa e filosófica da Índia.

sucedores, consiste de aproximadamente 4.000 regras, algumas extremamente curtas, e de listas de formas básicas (“raízes”), às quais se referem às regras.

As regras ordenam-se numa sequência tal que o objetivo de uma regra particular está definido ou restringido pelas precedentes, consegue-se ainda mais economia pelo uso de abreviaturas e símbolos. Assim, muitos aspectos da Linguística do século XIX são claramente consequência da prática e da teoria dos gramáticos hindus. Com a então descoberta do Sânscrito e do parentesco entre as línguas, que a partir daí foram chamadas de indo-europeias, surge uma nova fase da linguística.

A família indo-europeia tem e sempre terá, talvez, orgulho da posição que ocupa no estudo histórico e comparativo das línguas. Isso, não por qualidades intrínsecas das línguas indo-europeias, mas simplesmente, pelo fato de que muitas dessas línguas possuem textos escritos bem antigos, de centenas e mesmo milhares de anos.

Um grupo de linguistas completamente diferente surgiu também no século XIX: os “neogramáticos” que se julgavam revolucionários e se orgulhavam do epíteto pejorativo que seus adversários lhes davam: “*Junggrammatiker*” (jovens gramáticos ou neogramáticos).

A escola dos neogramáticos foi fundada pelos alemães K. Brugmann, H. Osthoff, pelos germanistas: W. Braune, E. Sieves, H. Paul, pelo eslavista Leskien, dentre outros. O mérito desta escola foi o de colocar em perspectiva histórica todos os resultados da comparação e por ela desencadear fatos em sua ordem natural. Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto de espírito coletivo dos grupos linguísticos.

O princípio deles era: “As alterações que podemos observar na história da linguística pelos documentos escritos baseiam-se em leis fixas que não variam, salvo por força de outras leis” (SAUSSURE, 1969, p.11-12).

O segundo fator principal que os neogramáticos invocaram para explicar as exceções das suas leis fonéticas era o que eles chamavam de analogia. Há muito já se reconheciam que a evolução da língua tinha sido frequentemente influenciada pela tendência de se criarem novas formas “por analogia” com padrões mais comuns ou mais regulares de formação na língua. Essas novas formas criadas por analogia eram vistas como responsáveis pelo surgimento de formas “incorretas” na língua, e também como um dos fatores de “corrupção” da língua numa época de decadência e de incultura.

Algumas das leis estabelecidas pelos neogramáticos e seus discípulos eram de alcance extraordinariamente limitado; muitas “analogias” eram incertas; e frequentemente eles admitiram formas como empréstimos sem qualquer indicação do dialeto.

Outro fato foi a noção de “evolução” que foi acolhida com entusiasmo pelo movimento romântico em sua reação contra a tradição clássica. Com a publicação da *Origem das espécies*, de Darwin (1859) e com a substituição do princípio da seleção natural pela noção de finalidade ou designo, não só passou a Biologia evolutiva a oferecer a possibilidade de se adotar à perspectiva mecanicista ou positivista então dominante nas ciências naturais, mas também se julgou que todo o conceito da evolução se apoiava numa base científica mais sólida.

Devemos salientar o fato de que o aparente êxito da perspectiva positivista da Biologia estimulou a busca de “leis” da “evolução” em todas as ciências sociais. Em sua tentativa de construir uma teoria das transformações linguísticas baseada naquilo que eles acreditavam ser os sólidos princípios positivistas das ciências exatas, os neogramáticos se foram simplesmente alinhando entre os cientistas sociais da época.

A linguística contemporânea não mais se compromete com uma concepção positivista da “ciência”, seu interesse predominante a partir daí, será a “evolução” das línguas.

Um dos efeitos mais imediatos e mais importantes desse interesse foi a observação de que as modificações das formas das palavras e das locuções, nos textos escritos e nas inscrições antigas em geral se podiam explicar com base em mudanças atestadas ou formuladas na correspondente língua falada.

Os primeiros comparatistas herdaram a concepção clássica de que a língua escrita, de certa forma, tinha precedência à falada e continuaram a descrever as transformações fonéticas como transformações das “letras” que constituíam as palavras. No entanto, perceberam que qualquer explicação sistemática da evolução linguística deveria reconhecer prática e teoricamente, o princípio de que as letras (num sistema de escrita alfabética) apenas simbolizavam os sons da língua falada correspondente.

Um fato importante do século XIX foi a gradual evolução de uma compreensão mais precisa das relações entre língua e dialeto. Com efeito, ficou claro que as diferenças entre línguas e dialetos estreitamente aparentados são, em sua grande maioria, políticas e culturais, ao invés de linguísticas.

O ramo da linguística chamado dialetologia ou geografia linguística através de suas pesquisas sobre dialetos regionais mostrou a impossibilidade de se traçar uma linha demarcatória precisa entre dialetos da mesma língua ou de linhas vizinhas.

A ideia de que todas as línguas tinham a mesma estrutura gramatical, de modo geral, já não era aceita pelos linguistas. Uma das razões disso foi a comprovação feita pelos comparatistas do século XIX de que todas as línguas estavam sujeitas a mudanças contínuas; mais particularmente, de que o grego e o latim clássico foram, do ponto de vista linguístico, apenas uma etapa num processo de evolução contínua, e de que boa parte da sua estrutura gramatical poderia explicar-se pela redução ou expansão do primeiro sistema de distinções gramaticais.

Observou-se que línguas diferentes e diferentes etapas cronológicas da mesma língua podiam variar consideravelmente na sua estrutura gramatical; e não era mais possível afirmar que o quadro tradicional das categorias gramaticais era essencial para o funcionamento da linguagem humana.

Por meio das reflexões apresentadas da linguagem, passamos, agora, para as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional que traz uma concepção de linguagem que dialoga com as já apresentadas, ressaltando o aspecto social e apresentando um modelo teórico-metodológico de análise de textos.

3. As contribuições de Michael Halliday para os estudos da linguagem

The significance of Halliday's work on language development as far as educational linguistics is concerned cannot be overestimated. It made linguistics relevant not just in terms of what language is and what needs to be learned, but also in terms of how language is learned. This means that educators can look to linguistics for answers to questions concerning methodology as well as syllabus design. It is no longer simply a question of what to teach, but how to teach as well.

Hasan & Martin (1989:5)

Michael Alexander Kirkwood Halliday nasceu em Leeds, na Inglaterra, em 1925, e as complexidades da língua já lhe chamavam a atenção mesmo quando ainda era um jovem estudante que buscava compreender a organização da língua na literatura. Ao se juntar ao Programa de Serviço Nacional, Halliday preferiu estudar chinês, e depois de servir na guerra, na Índia, foi chamando de volta para Londres para ensinar Chinês para os soldados do exército britânico (Hasan e Martin, 1989:1).

Sua experiência como aprendiz e depois professor de uma língua estrangeira aguçou ainda mais seu interesse em estudar a língua. Em 1947, Halliday retornou à China para estudar na Universidade de Pequim, e logo em seguida foi agraciado com uma bolsa de estudos de pós-graduação.

Na sua pesquisa estudou a fonologia, lexicologia da língua chinesa e linguística histórica comparativa. Entretanto, seu foco maior era voltado para a linguística sincrônica especificamente a variação gramática do dialeto do chinês moderno (Hasan e Martin, 1989:2). No tempo que viveu na China teve o contato com as ideias de J. R. Firth, e mais especificamente quando leu *Personality and language in society*, atentou para a concepção de linguagem desenvolvida neste trabalho, e que ia ao encontro de sua própria experiência de vida e interesses. E ao retornar à Inglaterra buscou se aprofundar sobre essas ideias (cf. Webster, 2005:8).

Além da visão de linguagem de Firth, Halliday se impressionou com o modelo descritivo de sistema-estrutura pós-saussuriano que ele propunha. Porém, este modelo tinha sido desenvolvido na fonologia como uma forma de se pensar em contexto de situação como a representação do ambiente do texto; modelo este que foi baseado em Malinowski e refinado por Firth.

Em 1960, alguns anos mais tarde, Halliday terminou seu artigo: *Categories of the theory of grammar* o que efetivamente marcou o nascimento da gramática sistêmico-funcional. Segundo Webster (2005), Halliday teve a intenção de mostrá-lo a Firth antes de apresentar na conferência organizada pelo conselho britânico sobre o ensino de língua inglesa. Evento este, que Firth estava escalado para fazer a palestra de abertura, porém, não foi possível, pois neste mesmo dia todos receberam a notícia que Firth falecera subitamente na noite anterior (14 de dezembro).

Dando continuidade à sua trajetória profissional, em 1965 no ano que dirigia o departamento de linguística geral, o centro de pesquisa em comunicação foi incorporado a este departamento e teve como propósito desenvolver estudos em linguística direcionados a alunos dos cursos de graduação.

O trabalho com teorias que estavam em voga naquela época, fez com que Halliday ampliasse seus horizontes, buscando um diálogo com estudiosos de outras áreas que também discutiam questões de linguagem. Basil Bernstein foi um de seus interlocutores visto que se interessava pela pesquisa sobre transmissões culturais, mais especificamente, como a ordem social era reproduzida e potencialmente transformada através da linguagem.

O diálogo entre a linguística e outras áreas distintas era um tipo de desafio para educadores, sociólogos, cientistas da computação e outros que se interessavam pelo estudo da linguagem. E isso fez com que Halliday intensificasse seu estudo sobre a linguagem concebida como texto (Webster, 2005:13).

3.1 Conceitos gerais da Gramática Sistêmico-Funcional

Segundo Halliday (2004:19), a teoria sistêmica é abrangente, completa (*comprehensive*), ela preocupa-se com a linguagem na sua totalidade. Qualquer aspecto linguístico é visto sempre em relação ao todo. A estrutura, nessa perspectiva, é a ordenação sintagmática na língua: modelos ou regularidades, o que vai junto com o quê. O sistema, por outro lado é a ordenação de outros eixos: modelos que poderiam ir ao invés de outros. Trata-se da ordem paradigmática na língua.

Halliday (2004:23) concebe o texto como o produto de uma seleção contínua em uma ampla rede de sistemas; o que justifica a nomenclatura “teoria sistêmica” visto que a gramática da língua é representada na forma de uma rede de sistemas, e não como um inventário de estruturas. Obviamente que a estrutura é parte essencial para a descrição linguística, no entanto, ela é interpretada como uma forma externa resultante das escolhas sistêmicas, e não como uma característica definida da língua.

Vale lembrar que a língua, segundo Halliday (2004:23), é um recurso para construir significados e significados residem em modelos sistêmicos de escolha. Na Gramática Sistêmico-Funcional, a linguagem é entendida sob uma perspectiva sócio-semiótica (Halliday e Hasan, 1989). De um lado, um sistema de significados e a sua relação com a estrutura social. E de outro, o próprio sistema semiótico, ou seja, “um sistema de codificação ajustado, combinado, organizado, como um conjunto de escolhas”⁴ (Eggins, 1994:3).

Nesta abordagem cada escolha no sistema adquire seu significado quando se coloca em relação de oposição com outras escolhas que poderiam ter sido feitas. A realidade é construída através de oposições codificadas nos sistemas semióticos da língua que usamos (Ramos, 1997).

Segundo Halliday (1994), uma análise de discurso que não se baseie em gramática não pode ser levada a sério, pois não passará de um mero comentário sobre o texto:

⁴ As traduções realizadas neste texto são de responsabilidade da autora.

One is a contribution to the understanding of the text: the linguistic analysis enables one to show how, and why the text means what it does. (...) The higher level of achievement is a contribution to the evaluation of the text: the linguistic analysis may enable one to say why the text is, or is not, an effective text for its purposes- in what respects it succeeds and in what respects it fails, or is less successful. (...) It requires an interpretation not only of the text itself but also of its context (context of situation, context of culture), and of the systematic relationship between context and text. (Halliday, 1994:xv)

Mais ainda, a gramática sistêmica possui três pontos fortes: o primeiro é o fato de ter como base a semântica e não a sintaxe:

(...) That is to say, it is a semantically driven grammar, which, while not denying that certain principles of syntax do apply, seeks to consider and identify the role of various linguistic items in any text in terms of their function in building meaning.(Halliday & Hasan, 1989:ix)

O segundo ponto é que a Gramática Sistêmico-Funcional não se interessa unicamente por textos escritos, ao invés disso empenha-se no estudo de ambos os modelos (orais e escritos) e a explicação da diferença entre os dois. O terceiro e último aspecto apontado pelos autores, é que a GSF permite um movimento por todo o texto, analisando os padrões linguísticos utilizados na sua construção levando em conta o seu contexto de cultura.

Egins (1994) ressalta que a diferença da abordagem sistêmica de análise linguística das demais é o fato desta perspectiva não só procurar desenvolver uma teoria sobre a linguagem como processo social, ela também propõe uma metodologia analítica que permite uma descrição detalhada e sistemática dos padrões linguísticos.

No que se refere ao texto, ponto central na descrição de Halliday (Halliday e Hasan, 1989:10), é visto como: “o texto é a língua que é funcional, funcional no sentido de que está desempenhando algum trabalho em um contexto, em oposição a palavras isoladas ou frases colocadas no quadro negro”⁵. Para ele, qualquer exemplo de língua viva que esteja participando em um contexto de situação, pode-se chamar de texto. Assim, Halliday considera o texto como qualquer instância da língua que faz sentido a alguém que conheça esta língua.

Complementando ainda, o autor concebe o texto sob dois pontos de vista (Halliday, 2004:3). Primeiro: o texto como objeto na sua própria concepção, para tanto, requer perguntas

⁵ As traduções realizadas neste texto são de responsabilidade da autora.

do tipo: porque o texto significa o que significa? E porque possui tal valor? . Segundo: o texto como instrumento de investigação sobre algo mais, neste caso perguntas do tipo: o que o texto revela sobre o sistema da linguagem tanto na forma escrita quanto oral.

Essas duas visões são complementares visto que não é possível explicar porque o texto significa o que significa, com todas as varias leituras e valores que lhe foi dado, sem relacioná-lo como o sistema linguístico como um todo e, também, não se pode utilizá-lo como uma janela no sistema sem entender o que ele significa e por quê.

A linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e os recursos da léxico-gramática de cada língua estão relacionados a uma função. Esta primeira refere-se à **metafunção ideacional** com seus respectivos componentes: o experencial (conteúdo e ideias) e o lógico (relação entre ideias).

Halliday aponta que ao usar a língua existe sempre algo acontecendo ao mesmo tempo, ela está ao mesmo sendo realizada e interpretada representando as nossas relações pessoais e sociais com outras pessoas ao nosso redor. Ademais, a oração não é apenas uma figura, representado algum processo, algum fazer ou acontecer, dizer ou sentir, ser ou ter com os vários participantes e circunstâncias, ela é também uma proposição, ou uma proposta, na qual nos informamos ou perguntamos. Damos uma ordem ou fazemos um pedido, e expressamos as nossas avaliações de atitudes para o nosso interlocutor.

Trata-se de um tipo de significado mais ativo: se a função ideacional é a língua como reflexão, no caso da **metafunção interpessoal** é a língua em ação: ao mesmo tempo interativa e pessoal. Esta metafunção reflete as relações sociais (papéis e atitudes entre os participantes do discurso).

A distinção entre esses dois modos de significados não é apenas feita superficialmente, *from the outside* (Halliday, 2004:30) visto que a gramática é representada sistematicamente, ela se apresenta como duas redes de sistemas distintos: 1) cada mensagem é ao mesmo tempo sobre alguma coisa e endereçado a alguém e, 2) esses dois motivos podem ser livremente combinados.

No entanto, a gramática mostra, também, um terceiro componente; outro modo de significado que se relaciona com a construção do texto. Neste sentido, a **metafunção textual** surge com o trabalho de possibilitar ou facilitar as funções das outras duas Metafunções (ideacional e interpessoal) construindo a experiência e realizando as relações pessoais. Para tanto, ela relaciona-se com a organização das mensagens através da textura linguística, em outras palavras, a que traz coerência a um texto oral ou escrito.

A análise sistêmica mostra que a funcionalidade é intrínseca à língua, toda a arquitetura da língua é organizada sob linhas funcionais. A língua é organizada devido às funções ela interpretou na espécie humana. Portanto, toda descrição linguística envolve algum tipo de compromisso; a diferença entre a descrição sistêmica e uma da escola tradicional é que na tradicional o compromisso foi ao acaso e sem princípios, enquanto que a gramática sistêmica é motivada sistematicamente e teoricamente (Halliday, 2004:31).

Considerações finais

Neste texto foram apresentadas concepções de linguagem e estudos sobre ela desde a antiguidade, mostrando o valor científico dos estudos linguísticos. Ao mostrar os momentos históricos foi possível refletir sobre o papel da linguagem na compreensão do mundo.

No contexto mais amplo nos estudos da linguagem importa destacar a contribuição de Rezende (1994), que reconhece a linguagem como um processo de elaboração de símbolos ou de representações presente nos textos orais e escritos das línguas naturais, e é ao mesmo tempo, o seu funcionamento e a sua explicação. Segundo a autora, só se percebe a linguagem através dos sistemas de representação, dentre os quais, as línguas naturais.

Com efeito, a linguagem é ao mesmo tempo uma abstração teórica e prática, isto é, ela está presente durante o processo de produção de textos (fala, escrita) e de interpretação (compreensão, leitura). Ademais, é a linguagem (todo) se manifestando no ato singular do diálogo (parte): “A linguagem é a passagem obrigatória para a criatividade, para a descoberta, para a imaginação e para o aprendizado” (REZENDE, 1994, p.1220).

Com relação à Linguística Sistêmico-Funcional, a intenção aqui foi apresenta-la um pouco mais, trazendo a concepção de linguagem e suas contribuições como suporte teórico analítico para os estudos da linguagem, e em especial para a análise do discurso. Tendo em vista os subsídios semânticos e lexicais que ela fornece para a análise e interpretação das escolhas linguísticas efetuadas pelos falantes/escritores tanto em textos orais quanto nos textos escritos. Através da gramática sistêmico-funcional é possível desvendar essas escolhas, e o que elas representam no contexto em que foram produzidas.

Referências

CULIOLI, Antoine. Why teach how to lean to teach what is best learnt untaught. **Cahiers Charles V**. Paris, n.1, 1997.

ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira. Linguagem e discurso: diálogos com a gramática sistêmico-funcional. Cadernos discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.120-137, 2016. (ISSN 2317-1006 - online).

BENVENISTE, Emile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Luíza Néri. Revisão: Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BRESSON, François. Aquisition et apprentissage des langues vivantes. **Language Française**, Paris, n.8, p. 24-30. 1970.

EGGINS, Suzanne. (1994) **An introduction to systemic functional linguistics**. London: Printer Publishers.

LANGACKER, Ronald Wayne. **Language and its structure: some fundamental linguistic concepts**. USA: Harcourt, Brace & World Inc., 1968.

HASAN, Ruqaiya; MARTIN, J. R; Language development: learning language, learning culture. Ablex Publishing corporation. 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood.; HASAN, Ruqaiya. (1989) **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood e MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

LYONS, John. A Linguística: estudo científico da língua. In: _____. **Introdução à linguística teórica**. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Helio Pimentel. São Paulo: Ed Nacional/EDUSP, 1979.

NÉF, Frederick. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

REZENDE, Leticia Marcondes. Ensino de língua: relação teoria/prática. **Anais de Seminários do GEL**. São Paulo, v.2, p. 1213-1221. 1994.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. Org, Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 1969.

WEBSTER, J. M.A.K Halliday: the early years, 1925-1970. In: Hasan, R.; Matthiessen, C.; Webster, J. (ed). **Continuing discourse on language: a functional perspective**. London: Equinox, 2005.

ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira. Linguagem e discurso: diálogos com a gramática sistêmico-funcional. Cadernos discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.120-137, 2016. (ISSN 2317-1006 - online).

Recebido em setembro de 2016.

Aceito em novembro de 2016.